



SISTEMA CARCERÁRIO

Mutirão vai analisar 8,4 mil processos

TELEFONIA

Cinco empresas são acionadas na Justiça

O Ministério Público ajuizou uma ação civil pública contra as empresas de telefonia fixa e móvel que atuam no Estado para garantir que os consumidores sejam informados adequadamente sobre os valores das tarifas telefônicas. **Página 6**

DANIEL FÉLIX



DESINFORMAÇÃO - consumidores não sabem preços das tarifas

ESTÁDIOS

Laudo técnico da FPF descumpe normas

O MPPB solicitou à Federação Paraibana de Futebol (FPF) que o laudo sobre o estádio Almeidão atenda às exigências do Ministério dos Esportes para que o Campeonato Paraibano de Futebol possa ser realizado. **Página 5**

350 gestores serão investigados por desvio de verbas

Página 7



REPRODUÇÃO

SUPERLOTAÇÃO - Presídios da PB têm 5,3 mil vagas, mas abrigam 8,5 mil presos

Secretaria vai fiscalizar número de alunos por sala de aula

As vinte maiores escolas particulares localizadas em João Pessoa serão fiscalizadas a pedido do Ministério Público da Paraíba (MPPB) pela Secretaria Estadual de Educação e

Cultura (Seec). O objetivo da fiscalização é averiguar se as unidades de ensino estão respeitando o número máximo de alunos que deve ser matriculado por sala de aula. **Página 3**

DANIEL FÉLIX



SALAS CHEIAS - Em algumas escolas, foram encontradas turmas com 78 alunos

Oito mil e quatrocentos processos de apenados do sistema penitenciário serão analisados por promotores de Justiça e juízes no mutirão carcerário que está sendo promovido, na Paraíba. Em 16 dias, 866 processos já foram revisados, sendo que 95% deles são da Comarca de Campina Grande, região que possui a segunda maior população carcerária do Estado. Até agora, já foram concedidos 186 benefícios aos presos. **Página 4**

JOGOS DE AZAR

Operação "Carta Marcada" prende 18 pessoas

Dezoito pessoas foram presas em São José de Piranhas, durante a operação "Carta Marcada", realizada pelo Ministério Público e Polícia Militar. Além das prisões, foram apreendidos R\$ 150,00 em espécie, 30 jogos de baralho e fichas coloridas. **Página 8**

REPRODUÇÃO



CONTRAVENÇÃO - Idosos e pais de família comprometem renda com a jogatina

Municípios vão estruturar e equipar Conselhos Tutelares

Página 5

Justiça acata pedido do MP e manda nomear concursados da saúde

Página 7

● Editorial



Mãos à obra!

Depois de muita dedicação e trabalho, os promotores e procuradores de Justiça e os servidores do Ministério Público conseguiram elaborar o planejamento estratégico da instituição. Através dele, será dado o primeiro passo de uma longa caminhada para transformar o MPPB em uma instituição cada vez mais eficaz.

Para isso, serão consolidadas várias ações em todo o Estado que vão beneficiar o cidadão, proteger seus direitos e promover a tão sonhada e reivindicada justiça social.

Dezesseis projetos serão desenvolvidos ao longo de seis anos (2011-2016) nas áreas de cidadania, saúde, meio ambiente, consumidor, infância e juventude, educação, patrimônio público e área criminal.

Nesta edição, o leitor vai conhecer os projetos “Família Unida” e “Bairro sem medo”, que tem o objetivo de desenvolver ações de pacificação em bairros com os maiores índices de violência, envolvendo os governos do Estado e dos municípios para a promoção de políticas públicas.

Na área do Patrimônio Público, será implementado o projeto “Meta” para fortalecer o combate à corrupção e prevenir o desvio de dinheiro público nas cidades paraibanas.

Na saúde, o MPPB desenvolverá um trabalho para fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde, já que esses órgãos são responsáveis pelo acompanhamento das políticas públicas e do dinheiro aplicado nesta área. Na área do Consumidor, você poderá conhecer o projeto “Não pare – serviço essencial não pode parar” e na área da Educação, o projeto “Fiscalização da qualidade das escolas públicas”.

Já na área da Cidadania, serão desenvolvidos projetos para fortalecer os Conselhos Municipais do Idoso, garantir aparelhos auditivos a pessoas com deficiência e idosos e o acesso das crianças e pessoas com deficiência ao sistema de ensino.

Acompanhe as próximas edições para conhecer os projetos “Impunidade Zero”, “Ressocialização através da Educação”, “Menina Abusada”, “Prioridade Absoluta”, “Bullying não é brincadeira”, “Nome Legal” e “Construção da cidadania socioambiental”.

A todos, boa leitura!!!

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.



ARTIGO

A travessia da gestão estratégica

* ADRIO NOBRE LEITE

Enfim, temos um barco com a proa direcionada para um porto seguro. A tormenta de incertezas vai passando. A tripulação anseia pelo desembarque em terra firme. O reencontro com os que ficaram é também motor de muitas narrativas de quem chega. A interlocução é premente. Quem põe os pés no chão, depois de laboriosa jornada, quer contar, prestar contas de seu esforço, dizer dos resultados alcançados. Quem aguardou no continente o retorno seguro quer ouvir, saber o que foi feito.

Esse cenário pinta com cores cinematográficas um enredo. Mas serve apenas como ponto de partida para significar que o Ministério Público é um barco, com seus integrantes. O planejamento estratégico desenvolvido ao longo de todo o último semestre de 2010 é a rota certa, escolhida para o direcionamento ágil a um porto seguro. A visão institucional se reveste de roupagem exigente: uma gestão transparente e de resultados.

Assim, a metodologia escolhida para guiar até o porto precisa ser contada. Também precisa ser ouvida por quem aguardou. A sociedade exige respostas. O Ministério Público constrói, com a gestão estratégica, portanto, a narrativa em forma de prestação de contas e de trabalho que surge a partir de então.

Os campos de atuação são vastos. Diversos projetos foram construídos com esse planejamento. A atuação social do Ministério Público, de maneira agora bem posicionada, inteligente, permite a verificação do que foi feito, de modo quantitativo e qualitativo. Isso é a gestão estratégica do Ministério Público. É o que nasceu da viagem: a opção por um instrumento de racionalização e maior efetividade na Instituição.

As iniciativas estão concentradas, a partir deste ano de 2011 e pelos próximos cinco anos. São pontos relevantes e que merecem enfrentamento firme: a tutela de grupos sociais vulneráveis, a partir da criança e do adolescente, da mulher, das pessoas com deficiência e do idoso; a garantia de efetivação de direitos sociais como a educação e saúde; o combate à corrupção; a redução da cri-

minalidade, sobretudo aquela que gera maior dano social.

Essa temática tem projetos específicos que serão conduzidos por “timeiros” competentes, em cada área de atuação. Os Centros de Apoio são uma realidade, são instrumento de ativação das políticas institucionais. Funcionário como fios condutores dessas diretrizes. Cada um tem missão decisiva: trazer maior resolutividade, fortalecimento e credibilidade institucionais.

Não há como ser diferente. Como cidadãos, queremos um Ministério Público forte e atuante, capaz de realizar a necessária transformação social tão esperada. Interferir, de modo positivo, na vida das pessoas. Contribuir para que o Estado se faça presente em seu papel constitucional.

É essa a narrativa que a sociedade espera. É esse o momento de iniciar a construção de um relato, acima de tudo, de esforço. Com concretização de ações e projetos que repercutam no resgate da cidadania, na consolidação efetiva e irretirada da dignidade da pessoa humana.

O planejamento estratégico, portanto, tem esse papel. Direciona o Ministério Público. Organiza-o melhor em suas atitudes. Permite maior transparência. Exige dados da atuação realizada durante toda uma trajetória percorrida. A sociedade tem esse direito. O Ministério Público cumpre sua missão social a partir desta perspectiva. Concreta, clara e, com certeza, exitosa.

*Promotor de Justiça e coordenador da Gerência de Planejamento e Gestão do MPPB

● Aprendendo Direito



INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - É o procedimento instaurado para investigar irregularidades e que deve ser concluído no prazo de seis meses. Pode ser instaurado de ofício (quando, por exemplo, a iniciativa é do próprio promotor de Justiça) e por representação (que pode ser uma denúncia ou reclamação encaminhada ao Ministério Público). O inquérito civil público é diferente do inquérito policial, que é um conjunto de diligências efetuadas pela autoridade policial para descobrir a verdade sobre um fato criminoso, suas circunstâncias e autor para apurar a responsabilidade do indiciado.



JORNAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Social
João Pessoa, janeiro - Ano I - Nº 10

Procurador geral de Justiça

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Subprocurador-geral de Justiça

Nelson Lemos

Corregedor-geral

Alcides Jansen

Secretário-geral

Bertrand Asfora

Coordenador do 1º Caop

Adrio Nobre Leite

Coordenador do 2º Caop

Luís Nicomedes

Jornalista Responsável

Cristina Fernandes

Integrantes da Assessoria de Imprensa

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos,

Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes,

Daniel Félix (fotógrafo)

Projeto Editorial

Cristina Fernandes

Projeto Gráfico e Diagramação

João Damasceno (DRT - 1624)

Chargista colaborador

Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa

Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB

TEL.: (83) 2107-6000 SITE: www.mp.pb.gov.br

Escolas particulares serão fiscalizadas, a pedido do MPPB

DANIEL FÉLIX

Promotoria de Justiça da Educação recebeu reclamações de que salas de aula estariam superlotadas

As vinte maiores escolas particulares localizadas em João Pessoa serão fiscalizadas, a pedido do Ministério Público da Paraíba (MPPB) pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Seec). O objetivo da fiscalização é averiguar se as unidades de ensino estão respeitando o número máximo de alunos que deve ser matriculado por sala de aula.

De acordo com a Resolução 340/2001 do Conselho Estadual de Educação, as escolas particulares só podem matricular 25 alunos por sala de aula na educação infantil. Nas 1ª e 2ª séries do ensino fundamental, as salas devem comportar até 35 alunos; nas 3ª e 4ª séries, até 40 alunos; da 5ª à 8ª séries, até 50 alunos. No ensino médio, o número máximo de alunos matriculados em cada sala de aula é 50.

Apesar de a resolução estar

em vigor há dez anos, várias reclamações foram registradas no ano passado na Promotoria de Justiça da Educação sobre a superlotação de estudantes nas escolas privadas, principalmente nos últimos anos dos ensinos fundamental e médio. As denúncias foram constatadas, a pedido do MPPB, pelo Conselho Estadual de Educação e pela Seec. No Colégio Geo, por exemplo, foram encontradas salas com até 78 alunos.

Segundo a gerente executiva de Acompanhamento da Gestão Escolar da Seec, Socorro Pinto, já foram iniciadas, no dia 13 de janeiro, as visitas nas escolas particulares para alertar os diretores sobre o cumprimento da resolução. “Depois que terminar o período de matrículas, vamos voltar às escolas para verificar o número de alunos por sala de aula. Quem descumprir a resolução poderá perder a autorização de funcionamento dada pelo Conselho Estadual de Educação. Do ponto de vista pedagógico, não tem como o aluno aprender em uma sala superlotada, mesmo que essa sala seja climatizada”, disse.

ESCOLAS

As escolas que serão fiscalizadas pela Seec, a pedido do Ministério Público da Paraíba, são: Colégio Geo, Colégio Motiva, Colégio e Curso Evolução, Colégio Marista Pio X, Colégio Pio XI, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Instituto João XXIII, Colégio Visão, Colégio Meta, Anglo Colégio e Curso, Academia de Comércio Epitácio Pessoa, Colégio Madre Tereza, Colégio Século, IE Inteligência Emocional Colégio e Curso, QI Questão de Inteligência, Escola Carl Rogers, Colégio Millennium, Colégio Getúlio Vargas, Nexus Colégio e Curso e Instituto de Educação Carrazzoni. Os pais de alunos que constatarem superlotação em salas de aula de outras escolas particulares podem procurar a Promotoria de Justiça da Educação, que fica na Rua Rodrigues Chaves (próximo ao Hotel JR), no Centro da Capital ou ligar para os telefones (83) 2107-6129/6130.

PROJETO

Programa quer garantir educação gratuita de qualidade



Garantir que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação gratuita e de qualidade. Esse é o principal objetivo

do programa de fiscalização da educação básica nas escolas públicas, que será desenvolvido nos próximos seis anos pelo Ministério Público em todo o Estado.

De acordo com a promotora de Justiça que vai coordenar o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Educação, Fabiana Lobo, os promotores de Justiça vão atuar em questões básicas que ainda comprometem a qualidade da educação nos municípios, como os

problemas na estrutura dos prédios das escolas, a falta de merenda, a disponibilidade de professores, a ausência de intérpretes de língua de sinais (libras), a falta de transporte escolar e fardamento.

Com o projeto, o MPPB também pretende combater a evasão escolar (que atinge 10% do alunado paraibano), promover a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino e garantir a observância do princípio constitucional do padrão de qualidade. O primeiro passo para implementar o projeto é a realização do seminário “Ministério Público pela Educação”, que vai acontecer em João Pessoa, nos dias 17 e 19 de fevereiro.



ALUNOS POR SALA - Escolas desrespeitam resolução e matriculam mais estudantes do que deveriam

VOLTA ÀS AULAS

Casa do Estudante passará por obras emergenciais

A Casa do Estudante localizada na Rua da Areia, no Centro de João Pessoa, passará por uma reforma emergencial. As obras orçadas em R\$ 15 mil deverão ser concluídas até o dia 7 de fevereiro deste ano, período que coincide com a volta às aulas dos 96 estudantes secundaristas provenientes de cidades do Interior que são atendidos no local.

A reforma emergencial atende à recomendação do Ministério Público da Paraíba, que constatou, em inspeção realizada no dia 18 de janeiro, vários problemas que colocam em risco a saúde e a segurança dos alunos que têm entre 14 e 20 anos de idade.

Dentre as obras que serão realizadas em caráter emergencial pela Coordenadoria Técnica de Serviços de Engenharia da Secretaria de Planejamento do Estado (Suplan) estão a revisão das redes sanitária e elétrica, o conserto de esquadrias de madeira, a pintura e o retalhamento do prédio, a reforma no telhado da lavanderia e o conserto na área em que está localizada a caixa d'água.

O secretário de educação, Fernando Abath, também comunicou à promotoria de Justiça que já encaminhou ofício à Suplan com o projeto de reforma da Casa do Estudante orçado em R\$ 1 milhão para que seja feita a licitação.

ANTÔNIO PEREIRA



CASA DO ESTUDANTE - paredes mofadas e banheiros quebrados

PMJP não deve renovar contrato, diz promotoria

A Promotoria de Defesa da Educação de João Pessoa recomendou à Prefeitura da Capital que não prorogue o contrato firmado entre o município e a empresa SP Alimentação e Serviços LTDA., para terceirização do preparo, fornecimento e distribuição de alimentação escolar, por conta de irregularidades detectadas durante sua execução. O contrato encerra-se no final de janeiro e pode ser prorrogado por até 60 meses.

Segundo a promotora de Justiça Fabiana Lobo, inspeções realizadas pela Promotoria da Educação e pelos Conselhos Tutelares de João Pessoa, em 2010, constataram que, em várias escolas, a empresa servia pouca quantidade da merenda aos alunos. Além disso, o contrato celebrado com a empresa descumpra a Lei Federal 11.947/91, que determina que 30% da verba destinada à merenda deve ser gasta com produtos da agricultura familiar.

A empresa SP. Alimentação Ltda. também está sendo investigada pelo Ministério Público em outros Estados, a exemplo de São Paulo, pelo fornecimento de merendas terceirizadas de péssima qualidade e pouca quantidade em suposta troca de propinas para agentes do poder público, que se omitem na fiscalização.

EJA terá turmas diurnas

A Secretaria de Educação de João Pessoa atendeu à recomendação do Ministério Público e iniciou, no dia 3 de janeiro, o período de matrículas para as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas municipais nos períodos noturno e diurno. As inscrições serão encerradas no dia 21 de janeiro.

Mutirão vai analisar 8,4 mil processos de presos

Em 16 dias, 866 ações foram revisadas por promotores de Justiça e juízes; até agora foram concedidos 186 benefícios aos apenados

FOTOS: DANIEL FÉLIX

Oito mil e quatrocentos processos de apenados do sistema penitenciário da Paraíba serão analisados por promotores de Justiça e juízes no mutirão carcerário que está sendo promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Público do Estado, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, desde o dia 12 de janeiro.

Em 16 dias, 866 processos já foram analisados e revisados, sendo que 95% deles são provenientes da Comarca de Campina Grande, região que possui a segunda maior população carcerária da Paraíba, atrás apenas de João Pessoa.

Até agora, já foram concedidos 186 benefícios aos presos, sendo 36 livramentos condicionais; 19 progressões para regime aberto; 75 progressões para regime semiaberto; 33 indultos, dentre outros que não implicam em soltura. Treze processos foram extintos e os apenados, soltos.

De acordo com o promotor de Justiça José Leonardo Pinto, o ob-

jetivo do mutirão é identificar o atual quadro do sistema penitenciário paraibano e apresentar soluções para beneficiar presos cujos processos se encontram na fase de execução penal. “Já estão sendo analisados os processos da Vara das Execuções Penais de João Pessoa e os processos dos presídios do Interior. Os promotores estão se dobrando para analisar todos os processos. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos em fevereiro”, disse.

SUPERLOTAÇÃO

Uma das recomendações feitas pela equipe técnica do mutirão foi o fechamento do Presídio do Róger (localizado em João Pessoa), uma vez que a unidade apresenta problemas graves de superlotação e insalubridade.

Dados da Secretaria da Cidadania e Administração Penitenciária do Estado revelam um déficit de 3.242 vagas no sistema prisional, já que os presídios e as cadeias públicas mantêm 8,5 mil pessoas no espaço feito para abrigar 5,3 mil presos.



MUTIRÃO - Quatro promotores de Justiça estão analisando os processos das Varas de Execução Penal

“COMEÇAR DE NOVO”

Detentos terão cursos profissionalizantes

O projeto “Começar de Novo” será implementado nos presídios da Paraíba. Em reunião realizada em janeiro, na Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, os representantes do Sesi, Sesc, Senai, CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), Senac e Fecomércio (Federação do Comércio) sinalizaram a adesão à iniciativa e levaram cópia do termo de acordo de cooperação técnica proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, órgão idealizador do projeto) para análise.

Segundo o juiz e representante do CNJ que coordena o mutirão carcerário na Paraíba, Paulo Augusto Oliveira Irion, o termo de cooperação técnica trata da efetivação do projeto de reinserção social de egressos do sistema prisional através de cursos educacionais e profissionalizantes.

Durante a reunião que contou com as presenças do secretário de administração penitenciária do Estado, José Alves Formiga, e dos promotores de Justiça, José Leonardo Clementino e Francisco Seráfico Filho, fi-

cou acertado um novo encontro, em fevereiro para formalizar a parceria com o Sesi, Sesc, Senai, CDL, Senac e Fecomércio.

Segundo José Leonardo Clementino, ficou decidido que os órgãos profissionalizantes irão ministrar cursos de forma permanente aos apenados do sistema prisional do Estado. “Em seguida, será feito um trabalho para a abertura de reserva de vagas e oportunidades de empregos no comércio e na indústria do Estado da Paraíba para esses egressos”, explicou.

TRÂNSITO

TAC garante sinalização de ruas e avenidas na cidade de Sousa

O Ministério Público da Paraíba e a Superintendência de Transporte e Trânsito do município de Sousa (STTrans) celebraram, no dia 19 de janeiro, termo de ajustamento de conduta (TAC) para que as ruas e avenidas da cidade localizada no Alto Sertão recebam sinalizações verticais e horizontais.

De acordo com o TAC, a STTrans se comprometeu a fiscalizar a execução do contrato firmado entre o Município e a empresa A.L. Teixeira para a execução de serviços e a apresentar à Promotoria de Justiça do Cidadão, no prazo de 15 dias, o projeto das ruas que serão ob-

jetivo de sinalização vertical e horizontal.

O órgão municipal também deverá fiscalizar a qualidade dos materiais empregados pela empresa contratada. “A STTrans também ficou obrigada a cobrar da empresa que refaça as faixas de pedestres que ficaram apagadas, embora, recentemente, pintadas”, destacou a promotora de Justiça Ana Carolina Coutinho Ramalho Cavalcanti.

As obras previstas no contrato celebrado entre a Prefeitura e a empresa deverão ser concluídas até o dia 8 de maio deste ano. O descumprimento do TAC resultará em multa diária no valor de R\$ 500,00.

“BAIRRO SEM MEDO”

Ações serão realizadas para combater a violência

FOTOS: DANIEL FÉLIX



O Ministério Público da Paraíba realizou, no dia 10 de janeiro, uma reunião para definir as ações que serão implementadas através do projeto “Bairro sem Medo”, que será desenvolvido em Mandacaru, bairro que possui os maiores índices de assassinatos da Capital.

O projeto pretende contribuir para a redução da criminalidade na região. Entre as ações previstas estão a formação de líderes comunitários e do “conselho da paz”. O objetivo é inculcar na comunidade a ideia da preservação da vida e da cultura de paz.

Também serão formadas equipes de conciliação que terão a finalidade de mediar os conflitos na localidade e implantada uma “promotoria social”.



NA CAPITAL - Bairro de Mandacaru será o 1º a participar do projeto

As ações incluem ainda a realização de cursos de pacificação e palestras e a proposta de disciplinamento do funcionamento dos bares existentes no bairro.

Durante a reunião, ficou decidido que será elaborado um termo de ajustamento de conduta (TAC) para que o pro-

jeito seja implementado através de uma parceria entre o Ministério Público, o Governo do Estado e a Prefeitura de João Pessoa. Também será realizada uma audiência pública com os conselheiros tutelares que atuam na região e os moradores do bairro.

SAIBA MAIS

EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - Até o ano passado, o município de Sousa apresentava vários problemas em relação ao trânsito. Por conta disso, o Ministério Público lançou uma campanha educativa para exigir o cumprimento da legislação. “Atualmente, os motoristas de motocicletas usam capacetes, não transitam com crianças com menos de sete anos, não levam mais uma pessoa no bagageiro. O Detran do município está com uma grande demanda, pois são várias as pessoas que buscam aquele órgão para tirar a carteira de habilitação, em razão da acentuada fiscalização exigida e realizada pela STTrans e Polícia Militar. Tornou-se raridade ver um adolescente dirigindo uma motocicleta, quando antes tal prática fazia parte do cotidiano”, comemorou a promotora Ana Carolina.

Promotoria devolve laudo à FPF por descumprir normas

DANIEL FÉLIX

Campeonato Paraibano de Futebol pode ser prejudicado, se o MP não receber pareceres técnicos sobre estádios

A Promotoria de Justiça do Cidadão de João Pessoa devolveu à Federação Paraibana de Futebol (FPF) o laudo técnico sobre o estádio do Almeidão, pois o documento não atendia às normas legais.

De acordo com o promotor de Justiça, Valberto Lira, o laudo não veio acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), como estabelece a Portaria 28/2010 do Ministério dos Esportes.

Segundo o promotor, qualquer ação profissional nas áreas de engenharia, arquitetura e agronomia deve ter a ART. “Estou preocupado porque, segundo informações repassadas pela própria FPF, ao reter a tabela do campeonato, cujo início poderá ser no dia 6 de fevereiro, não vislumbro

possibilidade de, no prazo que foi estipulado, os laudos de todos os estádios serem apresentados”, disse.

Valberto Lira esclareceu ainda que deverão ser apresentados quatro laudos sobre cada estádio. “De acordo com o Decreto nº 6.795/2009, a entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público, antes da realização do evento, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados, sendo os seguintes: laudo de segurança, laudo de vistoria de engenharia, laudo de prevenção e combate de incêndio; e laudo de condições sanitárias e de higiene”, disse.

Para o campeonato paraibano ser realizado, devem ser encaminhados ao MPPB os laudos dos estádios Almeidão e Graça (em João Pessoa), Amigão (em Campina Grande), Sílvio Porto (em Guarabira), José Cavalcanti (em Patos) e Marizão (em Sousa).



NO ALMEIDÃO- Federação Paraibana de Futebol desrespeita exigências do Ministério dos Esportes

TERCEIRA IDADE

Ações vão proteger pessoas idosas

REPRODUÇÃO



Uma das estratégias para enfrentar as diversas formas de violência à pessoa idosa é a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Idosos, em todo o Estado. O projeto será desenvolvido nos próximos seis anos pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Cidadão (Caop da Cidadania e Direitos Fundamentais).

A partir deste ano, serão realizadas reuniões com os promotores de Justiça para que eles cobrem dos prefeitos dos municípios em que atuam a instalação e o funcionamento permanente dos Conselhos de Idosos.

De acordo com o promotor de Justiça que vai coordenar os trabalhos, Valberto Lira, os conselhos de idosos são fundamentais para fazer valer os direitos das pessoas com 60 anos ou mais de



idade. “A rede de proteção ao idoso envolve o Ministério Público, os serviços de saúde, os órgãos de segurança e as secretarias municipais de desenvolvimento social ou assistência social e, para dar sustentação a essa rede é fundamental a existência dos conselhos de idosos e que esses órgãos tenham um funcionamento efetivo”, explicou.

Aparelhos auditivos

Outro projeto que será desenvolvido pelo Caop da Cidadania entre 2011 e 2016 pretende reduzir o tempo de espera por aparelhos auditivos, na Paraíba.

Segundo Valberto Lira, pessoas idosas e com deficiência chegam a esperar cerca de dois anos para conseguir as próteses auditivas. “Nosso objetivo é reduzir esse tempo para aproximadamente 60 dias”, disse.

Para garantir o acesso mais rápido dos pacientes aos aparelhos, o Ministério Público vai fiscalizar os recursos destinados ao programa de próteses auditivas recebidos por cada município e comparar com o que é efetivamente aplicado no programa, além de monitorar os prazos de entrega das próteses e fazer um levantamento mensal das pessoas beneficiadas com os aparelhos auditivos.

FAMÍLIA UNIDA

Projeto quer combater a violência contra a mulher



O Ministério Público da Paraíba vai desenvolver em vários municípios do Estado o projeto “Família Unida”. O objetivo é uniformizar, nos próximos seis anos, as ações das promotorias de Justiça para diagnosticar, controlar, combater e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O promotor de Justiça que idealizou o projeto, Herbert Vitorino de Carvalho, disse que as ações deverão reduzir o índice de violência contra a mulher e garantir a aplicação da “Lei Maria da Penha” (Lei nº 11.340/2006).

Segundo ele, será desenvolvido um trabalho social junto à família das mulheres vítimas da violência. “Nosso

objetivo é capacitar e qualificar os promotores de Justiça e os servidores sobre esse tema. É preciso saber como lidar com as pessoas vítimas desse tipo de violência que chegam nas promotorias de Justiça”, acrescentou.

Com o projeto, será criado um cadastro estadual dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme estabelece o artigo 26, inciso III, da “Lei Maria da Penha”. Também serão criados núcleos regionais com profissionais da área de psicologia e assistência social para auxiliar os promotores de Justiça e elaboradas cartilhas sobre o assunto para a população. “Quando um promotor vai atender uma mulher vitimizada, há necessidade de apoio técnico”, disse Herbert Vitorino.

AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Conselhos tutelares serão estruturados

Os prefeitos de Esperança, Montadas e Areal assinaram, no início do ano, o termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público da Paraíba e se comprometeram a reestruturar os conselhos tutelares de suas cidades.

Segundo a promotora de Justiça Paula da Silva Camillo Amorim, os conselhos tutelares dessas cidades estão funcionando sem a estrutura necessária e é atribuição do poder público municipal suprir as deficiências desses órgãos.

O TAC estabelece que a prefeitura de Esperança deve reformar, no prazo de 60 dias, a estrutura da sede do conselho tutelar local, realizar a compra de mobiliário e melhorar os serviços por parte da Secretaria de Assistência Social.

Já o Município de Montadas tem até o dia 28 de fevereiro para adquirir mobiliário e equipamentos de informática para o conselho tutelar, além de realizar consertos na estrutura do prédio e fornecer veículo para o transporte dos conselheiros

tutelares no exercício de suas funções.

Em relação ao Município de Areal, o termo estabelece que a sede do conselho tutelar deve ser instalada, até o dia 30 de dezembro deste ano, no prédio novo do centro administrativo que está em construção. Enquanto o prédio novo não fica pronto, uma pequena reforma deve ser feita no edifício atual, no prazo de 90 dias.

Caso descumpram o ajustamento, os municípios deverão pagar multa diária no valor de R\$ 250,00.

Empresas de telefonia são acionadas na Justiça

Pesquisa feita em 2010 pelo Ministério Público constatou que as operadoras não informam o preço das tarifas de forma adequada

FOTOS: DANIEL FÉLIX

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) ingressou, em janeiro, com uma ação civil pública na Justiça contra as empresas de telefonia fixa e móvel que atuam no Estado para garantir que os consumidores paraibanos sejam informados adequadamente sobre os valores cobrados pelas tarifas telefônicas.

Uma pesquisa feita no ano passado pela Promotoria de Justiça do Consumidor de João Pessoa revelou que a forma como as operadoras estão prestando a informação sobre os preços das tarifas é totalmente inadequada, já que os entrevistados praticamente não souberam dizer quanto pagam pelas ligações.

Segundo o promotor de Justiça do Consumidor que estava em exercício, Raniere Dantas, a desinformação traz prejuízos financeiros ao consumidor. “O artigo 6, inciso I, da Lei 8.078/90 (Código do Consumidor) estatui que é direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”, argumentou.

Com a ação judicial, o Ministério Público requereu junto à Justiça a antecipação de tutela para obrigar as empresas Embratel, Claro, Tim Nordeste, TNL PCS e Vivo a comunicarem, no prazo de 30 dias, aos consumidores da telefonia móvel, através de mensagens SMS, os valores das tarifas dos planos a que aderiram.

Em relação aos consumidores de telefonia fixa, as operadoras deverão inserir as informações sobre os valores nas contas telefônicas mensais, sem que isso implique em despesas extras com o serviço de correios. “Esse envio não precisaria ser mensal, já que, havendo as comunicações iniciais sobre os valores das tarifas, só haveria a necessidade de novas comunicações quando das majorações das tarifas”, destacou Dantas.

Na ação, o MPPB também requereu que as empresas sejam obrigadas a informar aos consumidores todos os reajustes de tarifas que venham a ocorrer, sob pena de condenação ao pagamento de multa diária de R\$1 mil por cada dia de descumprimento.



TRANSPARÊNCIA - MPPB quer que valor das tarifas seja informado nas contas e por serviço “SMS”

MPPB E DISTRIBUIDORAS

TAC quer coibir venda clandestina de gás

O Ministério Público da Paraíba firmou, no dia 18 de janeiro, um termo de ajustamento de conduta (TAC) com as distribuidoras de gás de cozinha (o “GLP”, gás liquefeito de petróleo) para coibir o comércio clandestino do produto.

O TAC assinado durante reunião do Comitê Regional de Erradicação do Comércio Irregular de Gás estabelece que as distribuidoras não podem comercializar o GLP em quantidade superior à permitida e autorizada pela agência reguladora. Elas também deverão identificar, nos seus sites, os revendedores com quem mantêm relação comercial e interromper a comercialização com os que participam de revenda clandestina. Também deverão ser disponibilizados aos consumidores



SEGURANÇA - Órgãos vão combater revendedores ilegais de GLP

canais para registrar reclamações (como número de telefone gratuito) e mensagem destacando a necessidade de o GLP ser adquirido somente em agentes econômicos autorizados pela agência reguladora.

As distribuidoras terão 60

dias para iniciarem o combate à comercialização ilegal do gás de cozinha e 180 dias para fazer a divulgação nos sites. Em caso de descumprimento, será aplicada uma multa no valor de R\$ 5 mil, por cada infração cometida.

2011 / 2016

Projeto quer garantir serviços essenciais para o consumidor



O Ministério Público da Paraíba vai implementar, a partir deste ano, o projeto “Não Pare – Serviço Essencial Não Pode Parar”. A iniciativa faz parte do planejamento estratégico desenvolvido no ano passado pela instituição para proteger os direitos do consumidor e evitar, em todo o Estado, que serviços públicos essenciais (como o fornecimento de água, energia elétrica, telefonia e transporte público) sejam interrompidos.

Segundo o promotor de Justiça que vai coordenar o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, Clístenes Holanda, a lei estabelece que os serviços

públicos essenciais devem ser contínuos. “Mas, o que percebemos no dia a dia, sobretudo nas cidades do Interior, é a violação a esse direito fundamental. Isso é objeto de constantes reclamações e queixas dos cidadãos das comunidades em todo o Estado”, explicou.

A primeira etapa do projeto consiste no diagnóstico que cada promotor de Justiça fará sobre a situação dos serviços públicos nos municípios em que atuam. Depois disso, serão definidas estratégias de atuação para solucionar os problemas. “Realizaremos, nos próximos meses, audiências públicas para identificar quais os pontos críticos e as principais reclamações”, acrescentou.

SAIBA MAIS

REVENDA IRREGULAR - Segundo dados do Sindicato dos Revendedores de Gás (Sinregás), a Paraíba possui 675 pontos de revenda que possuem licença de funcionamento e são registrados na Agência Nacional de Petróleo (ANP). Estima-se que existam no Estado mais de 3,5 mil pontos de venda clandestinos que são abastecidos por revendedoras regulares. Na Grande João Pessoa (área que compreende João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita), o número de irregulares gira em torno de 800 pontos de venda; o restante está distribuído pelo Interior do Estado. A primeira força-tarefa coordenada pelo Ministério Público em julho de 2009 para combater o problema constatou que 80% das 1600 revendas estavam em situação irregular. Atualmente, dos 675 cadastrados, apenas 20% estão com documentação pendente. Todas as revendas irregulares foram mapeadas pelo Sindicato dos Revendedores de Gás.

MPPB vai investigar 350 gestores municipais

REPRODUÇÃO



CORRUPÇÃO - Menos de 1% do dinheiro desviado é recuperado

Tribunal de Contas constatou desvio de mais de R\$ 28 milhões em 126 cidades paraibanas

Cerca de 350 gestores municipais devem ser investigados pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) por improbidade administrativa, em 2011. As investigações serão feitas em 66 promotorias de Justiça e envolverão 126 cidades, onde o Tribunal de Contas do Estado (TCE) constatou um desvio de verbas públicas superior a R\$ 28 milhões.

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias (Caop) do Patrimônio Público catalogou, cadastrou e encaminhou aos promotores de Justiça que atuam nos municípios envolvidos os acórdãos do TCE para que sejam feitas as investigações das irregularidades e para que sejam tomadas as providências necessárias à punição dos gestores corruptos.

Os promotores de Justiça poderão ingressar com ações civis públicas de improbidade administrativa e com ações penais contra os maus gestores.

Dos quase R\$ 30 milhões

(entre desvios e multas), houve a devolução espontânea por parte dos gestores de R\$ 85 mil, o que representa 0,3% do total.

Para o promotor de Justiça que coordena o Caop, Adrio Nobre Leite, esse recolhimento “ínfimo” se dá pela dificuldade de recuperar o dinheiro desviado. “Isso acontece pelas circunstâncias de tempo, ausência de patrimônio do gestor executado e dificuldade de localização de bens em nome de terceiros. Tudo isso torna muito difícil trazer o dinheiro de volta”, lamentou.

CONCURSOS PÚBLICOS

Promotora cobra convocação de aprovados

A Promotora de Justiça do Patrimônio Público de João Pessoa apresentou, em janeiro, duas petições à Justiça para corrigir a ilegalidade do Governo do Estado que suspendeu os atos de posse dos candidatos nomeados para os cargos de agente penitenciário e da área da Saúde.

As petições requereram ainda que o Estado adote as medidas necessárias à posse e exercício dos candidatos, sob pena de multa pessoal e diária ao governador e à procuradora-geral do Estado, no valor de R\$ 2 mil para cada um deles.

No dia 17 de janeiro, a 5ª Vara da Fazenda da Capital deferiu a petição do MP e determinou que o Governo do Estado nomeie e dê posse aos profissionais da saúde aprovados no concurso para que eles atuem no Hospital de Trauma de Campina Grande.

Até o final desta edição, a Justiça não havia se pronunciado sobre a situação dos aprovados no concurso para agente penitenciário.

ENTENDA O CASO

No ano passado, a Promotora de Justiça do Patrimônio

Público de João Pessoa já havia ajuizado uma ação civil pública contra o Governo do Estado para obrigá-lo a nomear os aprovados no concurso da saúde.

A liminar requerida na ação foi deferida pela Justiça e para cumpri-la, o governo anterior publicou, no dia 24 de dezembro, vários atos de nomeações que, posteriormente, foram anulados através de medida provisória expedida pela atual gestão.

O problema levou a Promotora de Justiça do Patrimônio a ingressar com a petição que foi deferida pela Justiça, este mês.

SAÚDE

PMJP tem 20 dias para nomear concursados

Todos os candidatos aprovados no último concurso realizado no ano passado pela Prefeitura de João Pessoa para o provimento de cargos na área da saúde deverão ser nomeados e empossados, no prazo de 20 dias. É o que determina a decisão da juíza substituta da 7ª Vara da Fazenda da Capital, Flávia da Costa Lins, que atendeu, no dia 27 de janeiro, a ação civil pública movida pela Promotora de Justiça do Patrimônio Público contra a Prefeitura da Capital.

A Justiça também concedeu a liminar pedida pelo Ministério Público e determinou que o governo municipal providencie, de imediato, a rescisão dos profissionais que foram contratados temporariamente por “excepcional interesse público” para executar os serviços cujos cargos foram objeto do concurso. O descumprimento da decisão judicial resultará em multa diária de R\$ 1 mil à Prefeitura.

Embora o resultado do concurso que ofereceu 1,1 mil vagas para vários cargos de nível médio e superior na área da saúde tenha sido homologado no dia 29 de julho de 2010, poucos aprovados foram nomeados até agora.

Das vagas para médico e farmacêutico, por exemplo, apenas 79 foram preenchidas, o que representa menos de 10% do total de vagas oferecidas no edital. A demora nas nomeações gerou descontentamento e uma série de reclamações que foram endereçadas à Promotora do Patrimônio Público.

TEMPORÁRIOS

De acordo com os promotores de Justiça que ajuizaram a ação, Rodrigo Pires e Raniere Dantas, os relatos dos aprovados noticiavam que, apesar do retardo na nomeação, a Secretaria Municipal de Saúde estava firmando inúmeros con-

tratos temporários por excepcional interesse público para contratação de pessoal destinado à execução de funções idênticas àquelas dos cargos públicos ofertados no concurso. A denúncia foi constatada durante a investigação realizada pelo MPPB.

Questionada sobre o assunto, a Secretaria Municipal de Saúde informou ao Ministério Público que as nomeações não foram efetuadas em virtude da proibição imposta pela “Lei de Responsabilidade Fiscal” (Lei 9504/97) e por falta de previsão na dotação orçamentária. “Não restou, portanto, outra alternativa, senão propor a ação civil pública com o objetivo de compelir o Município requerido a adotar as providências necessárias para promover a nomeação imediata dos candidatos aprovados dentro do número de vagas”, explicou o promotor de Justiça Rodrigo Pires.

“META”

Projeto vai agilizar o combate à corrupção



Zerar o número de procedimentos nas promotorias de Justiça e desenvolver um trabalho capaz de combater e prevenir a corrupção. Esses são os principais objetivos do projeto “Meta” (Medida de Trabalho e Apoio), que será desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público (Caop do Patrimônio Público), até 2016.

A partir de fevereiro, os promotores de Justiça receberão um modelo de relatório que deverá ser preenchido e encaminhado ao Caop.

Com as informações, será feito, no prazo de 60 dias, um diagnóstico do número e da situação dos procedimentos instaura-

dos até 31 de janeiro de 2009 e em tramitação para que sejam tomadas as providências necessárias à sua conclusão.

De acordo com o promotor de Justiça Adrio Nobre Leite, o projeto “Meta” terá uma equipe de apoio composta por até dez servidores especializados na área jurídica e em auditoria de contas públicas.

Eles darão suporte ao trabalho que será desenvolvido, de acordo com um cronograma elaborado pelo Caop para atender à demanda dos promotores. “Trata-se de um auxílio emergencial necessário pelo volume de procedimentos que tem nas promotorias para que os promotores possam ter tempo até para trabalhar o aspecto preventivo, que é fundamental”, disse.

Ex-prefeito de Marcação é condenado por improbidade

O ex-prefeito de Marcação (a 62 quilômetros de João Pessoa) Gilberto Gomes Barreto foi condenado, a pedido do Ministério Público da Paraíba, a devolver R\$ 790 mil aos cofres municipais. O juiz da 2ª Vara de Justiça de Mamanguape, Max Nunes de França, também determinou que o ex-prefeito perca qualquer cargo ou função pública que venha a exercer, suspendeu os direitos políticos de Barreto por oito anos e o proibiu de contratar com o poder público.

Gilberto exerceu o cargo de prefeito de Marcação entre 2001 e 2004 e teve suas contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em decorrência de irregularidades como emissão de

cheques sem fundos, desvio de recursos do Fundo Nacional de Educação Fundamental (antigo Fundef e atual Fundeb), fraude e falsificação de documentos para comprovar a “aquisição de combustível” e fraudes em processos de licitação. Um estudo realizado pelo TCE revelou também que, somente em 2002, o ex-prefeito gastou em gasolina o suficiente para que um automóvel percorresse três vezes a distância entre o planeta Terra e a lua.

As irregularidades levaram o promotor de Justiça José Raldeck de Oliveira a ajuizar uma ação civil pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito, que também responde a processo-crime por peculato.

Operação "Carta Marcada" prende 18 pessoas

Donos de bares promoviam jogatinas nos fundos dos estabelecimentos; vários idosos e chefes de família comprometiam suas rendas

Dezoito pessoas foram presas, em janeiro, no município de São José de Piranhas (no Sertão da Paraíba, a 492 quilômetros de João Pessoa) durante a operação "Carta Marcada", realizada pelo Ministério Público da Paraíba e Polícia Militar. Além das prisões, foram apreendidos R\$ 150,00 em espécie, 30 jogos de baralho e fichas coloridas.

De acordo com o comando do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM), entre os presos estavam donos de bares que promoviam jogos de azar nos fundos dos estabelecimentos, jovens e pessoas idosas que gastavam todo o dinheiro do benefício do INSS praticando a contravenção penal. Todas essas pessoas foram encaminhadas à delegacia da cidade, autuadas em flagrante e liberadas para responderem a processo em liberdade.

A operação foi realizada para atender à solicitação da Promotoria de Justiça de São José de Piranhas, que recebeu várias reclamações de que proprietários de bares estariam promovendo a contravenção penal e que aposentados e chefes de família estavam com-



REPRODUÇÃO

CONTRAÇÃO - MP recebeu várias reclamações de que idosos gastavam seu aposento com jogatina

prometendo suas rendas com os jogos de azar.

O MPPB também recebeu denúncias de que as jogatinas tinham o envolvimento de adolescentes. "Na época, recomendamos ao prefeito que, ao detectar o problema, realizasse a suspen-

são dos alvarás desses estabelecimentos e também chamamos os supostos donos das casas e recomendamos que eles se abstivessem de praticarem a contravenção. Mas, eles desrespeitaram a recomendação e por isso, acionamos a Polícia Militar", ex-

plicou o promotor de Justiça Oswaldo Lopes Barbosa.

A operação contou com a participação de vários policiais militares do 6º BPM, pelotão de choque, radiopatrulhas, viaturas da 3ª Companhia de São José de Piranhas e polícia civil.

LIMINAR

Vereadores serão afastados do Conselho de Saúde de CG

O Tribunal de Justiça concedeu, no dia 19 de janeiro, liminar requerida pelo Ministério Público da Paraíba para impedir que vereadores integrem o Conselho Municipal de Saúde de Campina Grande. Com a decisão, os representantes da Câmara serão afastados do órgão responsável por atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política e do orçamento da saúde.

Em novembro do ano passado, a Procuradoria-Geral de Justiça ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o Município de Campina Grande para que fosse declarado in-

constitucional o artigo 2º da Lei Municipal 2.886/94.

De acordo com esse artigo, representantes do Poder Legislativo poderiam integrar o Conselho Municipal de Saúde, órgão permanente formado por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A promotora de Justiça que

coordena a Equipe Especializada na Defesa do Direito à Saúde do MPPB, Adriana Amorim, explicou que a participação de vereador ou servidor da Câmara no Conselho compromete e fragiliza a independência dos poderes Executivo e Legislativo.

Para o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do

Valle Filho, a decisão do TJ poderá ser aplicada em outros municípios onde o problema também acontece. "Essa inconstitucionalidade existe na medida em que a Lei Municipal afronta a Constituição Estadual. Como pode o vereador fiscalizar e controlar os atos do Conselho Municipal de Saúde, se faz parte dele?", questionou.

A Resolução 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde reforça a tese do MPPB ao enfatizar que a participação de representantes do Legislativo e do Judiciário não cabe nos Conselhos de Saúde, devido à independência entre os poderes.

FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS

Segundo a promotora de Justiça Adriana Amorim, uma das metas da Equipe Especializada para este ano é fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde em toda a Paraíba. Para isso, será feito um levantamento que vai verificar a composição e as condições de funcionamento desses órgãos.

Conselheiros vão participar de cursos e capacitações



O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Saúde do Ministério Público vai desenvolver, em todo o Estado a partir deste ano, o projeto de capacitação dos Conselhos Municipais de Saúde.

A proposta é diagnosticar a real situação de funcionamento dos conselhos nos municípios (identificando, inclusive, os inoperantes) e promover capacitações aos conselheiros para que eles possam fiscalizar melhor os recursos públicos destinados à área e a qualidade dos serviços.

De acordo com a promotora de Justiça que coordena o projeto, Adriana Amorim, será priorizada a atenção básica à saúde, através da estratégia "Saúde da Família", que é a "porta de entrada" do Sistema Único de Saúde (SUS). "Devemos resgatar a participação da comunidade nessa fiscalização, de forma a fortalecer o controle social, a partir dos conselhos municipais de saúde que existem e promover essa qualidade aos usuários", explicou.

Segundo ela, a partir do momento em que a população tem acesso a uma atenção básica de qualidade, é muito mais fácil, posteriormente, conseguir atendimento adequado em um serviço de alta ou média complexidade (que englobam ambulatórios de especialidades e hospitais).

De acordo com o Ministério da Saúde, quando as unidades do PSF (Saúde da Família) funcionam de forma adequada, elas são capazes de resolver 85% dos problemas de saúde da população, evitando o agravamento de doenças, gastos com internações hospitalares, além de desenvolverem um trabalho de prevenção e promoção à saúde.



ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social

ACESSE O SITE: www.mp.pb.gov.br

OU ENVIE O E-MAIL: atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br

